
**“A HISTÓRIA DELES ME ENCANTOU”:
PERCURSOS PROFISSIONAIS DA DRA. WILMA FAVORITO**
“THEIR STORY ENCHANTED ME”: DR. WILMA FAVORITO PROFESSIONAL PATHS

Wilma Favorito¹ e Valéria Campos Muniz¹

¹*Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
wilma.favorito@gmail.com; valcammuniz@gmail.com

Entrevista concedida em maio 2018

Wilma Favorito é professora associada do Instituto Nacional de Educação de surdos (INES), onde coordena o projeto de pesquisa, *Manuário Acadêmico*, junto com Janete Mandelblatt. Além desse projeto, integra o grupo de trabalho, “Transculturalidade, Linguagem e Educação”, filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). No INES, foi diretora do Departamento de Ensino Superior entre os anos de 2011 a 2015, tendo trabalhado em seu colégio de Aplicação até 2007. Suas áreas de atuação englobam Linguística Aplicada, Letras, Educação, Educação Inclusiva e Estudos Surdos. Profissional atuante na área da surdez, participou da elaboração do Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue, elaborado no ano de 2014. Tem várias publicações e artigos na área da surdez, no Brasil e em outros países. Em virtude de sua grande proeminência nessa área, a *Pensares em Revista*, neste dossiê, tem a honra de entrevistá-la.

Valéria Muniz: Como você entrou na área de educação de surdos?

Wilma Favorito: De uma forma bastante inesperada. Um pouco antes de me formar na Faculdade de Letras, em 1978, comecei a ministrar aulas de língua portuguesa. Minha vida profissional teve início num curso de português para missionários estrangeiros da CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil). Depois, trabalhei no CEAT, na terceira e quarta séries, e também na quinta e sexta séries, lecionando língua portuguesa. Um pouco depois, ingressei no sistema público de ensino e ministrei aulas de português para turmas do ensino fundamental e médio, em escolas municipais e estaduais.

Na época em que trabalhava na escola estadual Alceu Amoroso Lima, no ensino médio noturno, fomos informados pela Secretaria de Educação, no início do ano de 1988, que receberíamos um grupo de 35 adultos surdos. Nós, professores, ficamos estupefatos, preocupados e tensos! Vale dizer que, naquele tempo, já existia turma só de surdos no sistema público de ensino, mas apenas até a quarta série primária (hoje quinto ano do ensino fundamental). Depois eles eram integrados (incluídos) na rede regular de

ensino. Ou seja, o sistema não previa turmas só de surdos no ensino médio. Isso justificava também nossa estupefação.

Como os professores mais antigos resistiram um pouco em assumir esse trabalho com surdos, e eu era a professora mais nova da escola, fiquei como regente da turma. Não foi uma escolha. Nenhum de nós tinha experiência com alunos surdos; naquela época esse grupo ainda era “invisível” para a sociedade. Então aceitei o desafio, mas com muito medo, pois não me sentia preparada para tal.

Quando fiz minha graduação, nas faculdades de Letras, ainda não se falava de pessoas surdas, das suas particularidades linguísticas. Ou seja, nosso despreparo era total.

Os surdos vieram acompanhados de um rapaz ensurdecido, que aceitou a proposta de ser nosso intérprete. Não havia ainda a profissão de intérprete, não era regulamentada. Na verdade tudo era meio improvisado, mas tínhamos de realizar o trabalho. Esse surdo, João Carlos, era professor de geografia do sistema público e por isso pôde nos auxiliar. Falava bem, mas ouvia muito pouco. Trabalhava como intérprete em todas as disciplinas, a semana toda. Um trabalho insano!!!! Ele era da comunidade surda e, mesmo sem as mínimas condições para exercer sua atividade, ele trabalhava com muita garra, com muito entusiasmo. Era uma causa política para ele e para os alunos surdos. Uma vitória e tanto terem conseguido convencer a Secretaria de Educação a formar uma turma composta somente de surdos no ensino médio!!!!

Estávamos no ano de 1988, a língua de sinais não era reconhecida como língua e os estudos sobre ela ainda eram muito incipientes e, portanto, havia pouquíssima publicação na área. Eram tempos difíceis para quem queria abraçar a educação de surdos!

Fui capturada pela história desses alunos, dessa turma. Eles explicaram aos professores a luta deles na Secretaria de Educação para conseguir convencer as autoridades de que eles queriam uma turma só para eles, em Laranjeiras, a fim de que pudessem ficar perto do INES, instituição onde cursaram o ensino básico. A proximidade possibilitaria a manutenção do

contato com outros pares. A história deles me encantou profundamente! Era uma história de muita luta! Era a primeira vez no ensino médio do país que se formava uma turma exclusiva para surdos.

Eu e uma professora de história nos sensibilizamos, fomos cativadas pelo espírito de luta daquela turma. Assim, em 88, começo minha trajetória na educação de surdos. Minha primeira impressão foi excelente. Os alunos eram muito interessados, dedicados. Estudavam com afinco. Diferente dos alunos ouvintes, com os quais estava acostumada.

Como era professora de língua portuguesa como língua materna, pedi ao nosso intérprete para dizer para eles que eu nunca havia dado aula para surdos, e que não havia sido preparada nem pela escola, nem pela Secretaria de Educação para enfrentar esse desafio. Então solicitei aos alunos, por intermédio do intérprete, que me dissessem por onde começar. O líder da turma disse para o João, o intérprete, que eu ficasse tranquila, pois eles sabiam da nossa inexperiência e queriam nos ajudar a dar aula para eles, para que eles tivessem o direito a continuar seus estudos. Queriam ir além da educação básica. O interesse e a luta deles para conseguir estudar cada vez mais me cativava. A primeira solicitação dos alunos foi pela explicação do uso do 'no', 'na', e em que contexto deveriam utilizar 'em' ou 'no' ou 'na'. Aí se deu meu primeiro impacto. Fiquei paralisada diante de 35 alunos brasileiros, que me perguntavam, numa sala de ensino médio, sobre o uso da preposição 'em' e da contração de em + o/a. A partir dessa demanda, perguntei ao intérprete se eles aprendiam língua portuguesa como estrangeiros, se o português não era a língua materna deles. Naquele tempo não se falava em primeira língua, segunda língua em relação a surdos, não havia essa abordagem de ensino e também não havia teoria a respeito. As pesquisas, as reflexões a respeito do ensino de língua portuguesa para surdos estavam bem no início.

Como eu tive uma experiência mínima (apenas 1 ano), uma década antes de encontrar os surdos, como professora de língua portuguesa como segunda língua, isso me auxiliou a compreender a nova realidade com a qual me deparava. Não tínhamos embasamento teórico, o que me despertou o

interesse para a pesquisa: brasileiros que lidam com a língua portuguesa como uma língua outra, que não sua língua materna.

A partir daí, senti a necessidade de aprender a língua deles para conseguir me comunicar. Soube pelo intérprete que aqueles “gestos” eram língua. Internacionalmente, as pesquisas linguísticas já haviam comprovado a legitimidade da língua de sinais como língua, mas eu e meus colegas da escola não sabíamos disso. Comecei a estudar Libras com o intérprete João durante todos os meus intervalos de recreio. O intérprete começou literalmente pegando a minha mão para me ensinar o alfabeto datilológico e os alunos me ensinavam muito também.

Nesse começo de muitas aprendizagens novas na minha vida de professora, ainda sem norte de como trabalhar com alunos surdos, comecei a satisfazer curiosidades gramaticais sobre as quais eles me indagavam, depois eles começaram a me trazer manchetes de jornais, interessados em saber o que estava escrito. Queria descobrir os sentidos das palavras, ter informações sobre o que acontecia no mundo. Eram adultos e desejavam ter acesso ao que se passava no país e no mundo.

VM: O que significou para você ser professora de língua portuguesa de alunos surdos?

WF: Foi encantador! Um imenso desafio, nada pesado, que muito me seduziu. Esta é a palavra. O inusitado daquela situação na minha vida motivou-me demais para o estudo do português como segunda língua, queria entender melhor esse mundo surdo. Sempre me questionei muito e o que mais me intrigava era saber por que eles, já com idade avançada, tendo passado por todo o ensino básico, ainda se encontravam com um nível tão inicial de português.

Na época em que estudaram no INES, a língua de sinais ainda não tinha alcançado o estatuto de língua. O ensino ainda era de base oralista, e sabemos que um leitor de lábios não consegue compreender mais do que 40% das

informações. A língua de sinais é fundamental para a interação com o professor, para o aprendizado.

VM: Como foi o avanço com esses alunos?

WF: Foi pequeno, pois eles encontraram em mim uma professora iniciante nessa seara e que, sobretudo, não sabia língua de sinais. Isso tudo me restringia em fazer planejamento, montar exercícios, entre outras coisas. Creio que fui uma professora que tentava satisfazer as curiosidades que eles traziam. Era uma aula aberta, sem currículo, porque percebi que não podia seguir o currículo da escola, aquele currículo clássico do segundo grau. Era impraticável! As aulas eram montadas com os textos que eles me traziam. Eu elaborava os exercícios de acordo com as necessidades que eles me apresentavam ou conforme o que eu observava nos textos que eles escreviam.

VM: Como você vê a área de ensino-aprendizagem de língua portuguesa para surdos na atualidade?

WF: Houve um avanço imenso em termos teóricos de 1988 até os dias atuais. Quando eu comecei, já havia alguns estudos sobre a língua de sinais realizados pelas linguistas Lucinda Ferreira Brito e Eulália Fernandes, as principais estudiosas da área naquele tempo. Entretanto, sobre a língua portuguesa, tudo ainda era muito incipiente. De meados dos anos 90 para cá, começaram a ser publicados estudos em forma de artigos, dissertações, teses e esse campo vem se sedimentando.

Eu, por exemplo, decidi fazer mestrado em 1992 para estudar os surdos, pois estava seduzida por esse novo mundo. Mas não existia orientador específico para o campo da surdez. Passei no mestrado da UFRJ e PUC-Rio, mas decidi estudar na PUC e quem aceitou me orientar foi a professora Letícia Sicuro, da área da psicolinguística a quem agradeço imensamente. Ainda hoje é assim, é uma *via crucis* conseguir orientador na área.

Meu trabalho de mestrado foi na área psicolinguística. A professora Letícia Sicuro também se encantou com os achados de nossa pesquisa. Nos Estados Unidos, já existiam estudos sobre segunda língua, apesar de estar no início também. A questão é que não havia internet, tudo era lido em papel. Era muito difícil conseguir referências, as bibliotecas não tinham material.

Atualmente, houve avanço teórico imenso, muita produção acadêmica sobre Libras e sobre português como segunda língua para surdos no Brasil. Por que a língua portuguesa se destacou entre as demais disciplinas? Na língua portuguesa, são muito visíveis as questões dos surdos, sua escrita, a dificuldade na leitura de um texto. As questões linguísticas dos surdos ficam muito materializadas, mais do que em outras áreas do currículo. Também tem o fato de que a língua portuguesa é uma disciplina transversal e todas as outras disciplinas precisam dela. Então isso fez com que houvesse um avanço muito grande na quantidade e na qualidade das pesquisas, mas a transposição didática dos resultados ainda não ocorreu. O que se vê nas salas de aula é certo improviso, quase não há ainda materiais didáticos disponíveis à venda ou para serem baixados da internet. Então o professor de português não tem referência ou documentos em que se basear para elaborar sua aula. Falta um currículo específico para os surdos, faltam obras didáticas acessíveis e adequadas a esse alunado.

Além disso, falta uma gramática contrastiva com usos e estruturas da Libras e da Língua Portuguesa, a fim de que o docente tenha condições de elaborar seus exercícios. Essa gramática ainda não existe. Muitos aspectos gramaticais, pragmáticos e discursivos da língua de sinais ainda não foram descritos inteiramente, de forma a que essa gramática possa ser confeccionada. Sem dúvida o ensino de português se beneficiaria dessa gramática.

E também, é preciso dizer, falta formação. As licenciaturas de um modo geral não consideram a diversidade linguística e cultural brasileira.

VM: Na sua opinião, no contexto das escolas inclusivas, como você vê o ensino da língua portuguesa?

WF: Ainda um grande problema. Enquanto a maioria dos alunos lidam com o português como língua materna, um número mínimo de alunos surdos usam a língua portuguesa como sua segunda língua. Além disso, muitos desses alunos chegam à escola sem ter adquirido a Libras, ou seja, sem língua consolidada. A situação é dramática. Nesse modelo de escola, o aluno vai aprender pouco ou nada, mas, de toda maneira, mesmo com intérprete, o professor estará dando aula para os ouvintes. Dificilmente o professor dará uma aula pensada em conformidade com as especificidades linguísticas dos alunos surdos. E o professor está certo! Não há como preparar uma aula de L1 e L2 ao mesmo tempo. Algumas atividades, como discussões, debates, leitura de um livro, talvez possam ser realizadas em conjunto, porém o ensino da estrutura e da discursividade da língua tem de ser diferente. Ou seja, o aluno ouvinte que está na escola já adquiriu a língua portuguesa como sua língua materna. O estudo de português na escola é para expandir usos, aprender novos gêneros, novas estruturas, novos recursos discursivos e gramaticais, além da variedade padrão. Já o aluno surdo está, em relação ao aprendizado de português, aprendendo uma segunda língua. Ele vai aprender o português, assim como nós aprendemos o inglês e o francês, por exemplo. Então a aula, obviamente, não pode ser a mesma.

Ainda que o intérprete esteja presente, essa aula é pouco produtiva para o aluno surdo e isso não é culpa do professor, é culpa do sistema e do modelo de inclusão que não serve para os surdos. Na aula de português, o aluno surdo deveria ter aula separado dos ouvintes, com metodologia e currículo de segunda língua. E, claro, o professor precisa aprender Libras!

Na verdade, o melhor mesmo para os surdos, e que eles já reivindicam há décadas, é a escola bilíngue de surdos. Ninguém questiona as escolas bilíngues de ouvintes, como, por exemplo, a escola alemã, a britânica, o Liceu *Molière*, ninguém tem nenhum senão para essas escolas, mas por que muitos acham estranho os surdos solicitarem uma escola bilíngue para eles? Se admitirmos que a língua de sinais é de fato uma língua, e a língua portuguesa é a segunda língua deles, o ideal para esse sujeito é a escola bilíngue.

VM: *Nesse caso teríamos uma escola especial?*

WF: Não diria escola especial, pois o adjetivo especial está muito comprometido com a ideia de deficiência. Seria uma escola bilíngue de surdos ou classes bilíngues de surdos, como o Plano Nacional de Educação prevê.

O que mais preocupa é o processo de ensino /aprendizagem, e isso está afetado negativamente no modelo atual de inclusão.

VM: *O que seria o modelo de classe bilíngue?*

WF: O surdo reivindica o professor bilíngue, surdo ou ouvinte, mas ainda não temos um contingente de professores suficiente para dar conta de todas as salas de aula do país. Então é necessário ter o intérprete. Nesse caso, a diferença da sala de aula inclusiva se dá pelo fato de o professor poder preparar a sua aula voltada para essa realidade, trabalhando com estratégias e recursos totalmente voltados para as necessidades desses alunos surdos. E, mesmo se o professor for inexperiente, ele pode junto com o intérprete desenvolver uma parceria tal que o trabalho pedagógico frutifique.

O professor precisa ter sensibilidade para perceber que estratégias serão favoráveis para ele atingir seus objetivos, que, no caso de língua portuguesa, é fundamentalmente a aprendizagem de leitura e escrita. A sala de aula é um ambiente que depende muito do perfil do professor. Para o aluno surdo, é necessário fornecer a ele condições mais adequadas para o aprendizado: professor bilíngue ou professor junto com intérprete para intermediar a comunicação. É ideal que o surdo esteja entre pares surdos, para que o professor possa organizar, formular, pensar ideias voltadas só para esse alunado.

Estamos falando de Língua Portuguesa para surdos, que ainda não tem um currículo muito claro, nem para o ensino fundamental, nem para o ensino médio. Os surdos são forçados a estudar no currículo dos estudantes ouvintes e nós sabemos que a gradação das disciplinas não pode ser a mesma.

VM: Pela sua experiência nessa área, o que você acha que deve ser implementado no ensino de Língua Portuguesa para surdos, a fim de que haja sucesso escolar?

WF: O que precisa ser implementado urgentemente é uma grande discussão sobre currículo de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos, porque isso praticamente não existe. Existem algumas boas orientações de secretarias de educação, sugestões de trabalho e estratégias, mas um currículo pensado de maneira organizada por série ou por níveis de ensino, isso não tem.

Assim como temos na grade curricular da educação básica o currículo de inglês, de espanhol e em algumas escolas o de francês, e esses currículos não são iguais aos de Língua Portuguesa, tínhamos de fazer a mesma coisa em relação ao ensino de português como L2 para surdos, desde o primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio.

Além do currículo, é urgente preparar materiais didáticos. Claro que as escolas que lidam com os surdos preparam material didático, utilizam os materiais que os próprios professores criam, mas não há ainda materiais consolidados que sirvam de referência.

Seria muito importante os alunos também terem aula da própria língua (Libras) formalmente, como disciplina curricular, tal como as crianças e jovens ouvintes aprendem o português. Isso facilita aprender a segunda língua, porque se o aluno é colocado numa situação em que a sua língua é objeto de estudo, é completamente diferente de ele só usar a língua na comunicação cotidiana. O aluno surdo precisa ter o direito de refletir sobre sua língua de sinais. É necessário que a escola ensine a Libras teoricamente para ele ampliar os usos e compreender melhor o funcionamento gramatical, pragmático e discursivo. Nada diferente do que a escola proporciona aos alunos ouvintes em relação à aprendizagem de português como língua materna.

Nesse momento, circula na internet um abaixo-assinado em prol da Libras como disciplina para todos, surdos e ouvintes, na educação básica. Nesse caso, a Libras, além de ser ensinada como L1, para surdos, seria ministrada como L2, para ouvintes. Talvez esteja aí um grande ganho para o início de uma inclusão efetiva, pelo menos no que diz respeito às possibilidades de interação entre surdos e ouvintes.

Estamos caminhando, já houve muitos avanços nos últimos vinte anos, como o reconhecimento da Libras pelo decreto 5626 em 2005, a oficialização da profissão de tradutor-intérprete de Libras, a criação do curso de Letras-Libras pela UFSC, o Curso Bilíngue de Pedagogia do INES, sem falar na crescente produção acadêmica no campo da de educação bilíngue de surdos. Entretanto, ainda temos muitas estradas a abrir, muitos passos a dar em direção a um ensino de qualidade para os surdos. Imagino que teremos muitos avanços com o engajamento dos próprios profissionais surdos, formados por esses cursos, na pesquisa e nas práticas de sala de aula.

Sobre as autoras

Wilma Favorito

Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp (2006), com área de concentração em Educação Bilíngue, e Mestre em Letras pela PUC- RJ (1996) Professora adjunta do Instituto Nacional de Educação de surdos (INES), Departamento de Ensino Superior. Autora do livro **Surdos na Escola: Letramento e Bilingüismo** (São Paulo: REVER, 2009), com Ivani R. Silva, entre muitos outros trabalhos. Mais recentemente, publicou o capítulo “Representations of Deaf Identities and Communicativa Repertoires: Conversations with Deaf teachers”, com Ivani R. Silva, no livro **Multilingua Brazil: language resources, identities and ideologies in a globalized world**, organizado por Marilda C. Cavalcanti e Terezinha M. Maher. (New York: Routledge, 2017).

Valéria Campos Muniz

Doutora em Língua Portuguesa (2013) e mestre Língua Portuguesa, (1997) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora adjunta de Língua Portuguesa como L2 - 40 horas com dedicação exclusiva - do INES. Tem experiência na área de Letras e atua principalmente nas seguintes áreas: leitura, aquisição da língua escrita, língua portuguesa como L2, gramática e ensino. Possui publicações em anais de eventos nacionais, internacionais e em revistas acadêmicas. Áreas de interesse: linguística textual, estudos do letramento e língua portuguesa

Pensares em Revista, São Gonçalo-RJ, n. 12, p. 202-211, 2018

como L2. Membro (pesquisador) do Grupo de Pesquisa Linguagem & Sociedade (FFP/UERJ-CNPq).